

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Ref.: Pregão Eletrônico nº 2023/009

Objeto: Contratação de solução informatizada para prestação de serviços de motor de crédito para o Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo S/A, conforme especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos.

A empresa Serasa S.A., com sede na Avenida das Nações Unidas, n.º 14.401, Torre C-1, Parque da Cidade, conjunto 191 a 242, andar 19º a 24º, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 62.173.620/0001-80, apresentar sua insurgência quanto aos fatos ocorridos nos autos dessa licitação, com fundamento no direito constitucional de petição, com fulcro no Artigo 5º, inciso XXXIV, alínea a, da Constituição Federal, o faz mediante os seguintes argumentos de fatos e direito a seguir:

1) DOS FATOS

A Serasa Experian participou, em 10/05/2023, do processo de licitação - Pregão BANDES Eletrônico 2023/009, uma vez que possui habilitação técnica e capacidade para prestar os serviços a serem contratados por meio do certame.

No julgamento, a licitante classificada em primeiro lugar, STA SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA LTDA., foi desclassificada por, dentre outras razões, não apresentar atestado de capacidade técnica em observância ao estabelecido no Edital.

A licitante classificada em segundo lugar, DIMENSA S.A. (CNPJ/MF nº 27.231.185/0001-00), por ora habilitada, apresentou um único atestado de capacidade técnica, emitido em favor de outra empresa, a saber: CREDIT CORE TECNOLOGIA DE CRÉDITO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.321.967/0001-45.

Entende-se, portanto, que, além de não cumprir a cláusula 25 do Edital, pois não foi capaz de comprovar a sua habilitação técnica, a licitante então classificada também subcontrata o serviço objeto desta licitação, motivos pelos quais essas Razões merecem conhecimento e provimento.

1.1. DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O subitem 25.1.1 do Edital estabelece a obrigação da licitante classificada "apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão DA LICITANTE para prestar solução pertinente e compatível com plataforma ou motor de crédito, em nuvem e quantidades e prazos com o objeto desta licitação".

Ao apresentar atestado de outra empresa, entende-se, por óbvio, que a empresa capaz de fornecer a respectiva solução é a que consta no documento, ou seja, a CREDIT CORE TECNOLOGIA DE CRÉDITO LTDA.

Não há que se falar, portanto, em habilitação técnica da DIMENSA S.A. para prestar, em seu nome, o serviço objeto do Edital.

Inexistindo, portanto, atestado de capacidade técnica no nome da licitante habilitada, esta merece ser desclassificada por descumprimento do subitem 25.1.1 do Edital.

1.2. DA IMPOSSIBILIDADE DA EMPRESA HABILITADA E CLASSIFICADA DE PRESTAR OS SERVIÇOS

Sem prejuízo da razão de desclassificação acima explanada, insurge-se a Serasa Experian contra a habilitação da empresa DIMENSA S.A., por utilizar a empresa CREDIT CORE TECNOLOGIA DE CRÉDITO LTDA. com o intuito de viabilizar a prestação do serviço de motor de crédito, considerando que o Edital, em sua Cláusula 32, veda expressamente a subcontratação do objeto do Contrato.

2) DO DIREITO

É legal a exigência de comprovação técnica da empresa licitante participante de processos licitatórios. A apresentação de documentação de outras empresas, ainda que subcontratadas para prestar parte do serviço objeto do Edital, não é capaz de comprovar a capacidade técnica da licitante.

Toda e qualquer documentação exigida no Edital deve ser, portanto, da licitante para fins de análise e classificação. Não observada tal exigência deve a licitante ser desclassificada.

Neste sentido:

"APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO – INABILITÇÃO DE EMPRESA PARTICIPANTE – REQUISITO – CAPACIDADE TÉCNICA DOS LICITANTES – APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DE VIABILIDADE TÉCNICA EM NOME DE EMPRESA DIVERSA – INVIABILIDADE – NÃO CUMPRE EXIGÊNCIA DO EDITAL – VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO EVIDENCIADO - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Não se reconhece nulidade por ausência de citação para formação do litisconsórcio passivo necessário quando o prejuízo não restar demonstrado. É certo que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório assegura que o edital define todas as regras da licitação, estipulando todas as normas que deverão ser observadas pelos licitantes e pela própria Administração Pública. Não é cabível ao licitante apresentar atestado de capacidade técnica em nome de empresa diversa, cujo vínculo empresarial não existe, sob a alegação de que o edital permite subcontratação de percentual do objeto licitado." (grifamos)

(TJ-MT XXXXX20188110041 MT, Relator: AGAMENON ALCANTARA MORENO JUNIOR, Data de Julgamento: 19/04/2022, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 29/04/2022)

"APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO. DISCUSSÃO SOBRE SUPOSTOS VÍCIOS NA HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA. DEFICIÊNCIA NA DOCUMENTAÇÃO E NA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA. SENTENÇA DENEGATÓRIA DA SEGURANÇA. INSURGÊNCIA DA PARTE IMPETRANTE. CERTIDÃO DE REGISTROS CADASTRADOS NO SISTEMA EPROC NÃO APRESENTADA. VÍCIO SUPRIDO POR DILIGÊNCIA REALIZADA PELA AUTORIDADE LICITANTE. COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO. POSSIBILIDADE. EXEGESE DO ART. 43, § 3º, DA LEI Nº 8.666/1993. ALEGAÇÃO REJEITADA. "[...] ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EMITIDO EM FAVOR DE EMPRESA DIVERSA, PERTENCENTE AO MESMO GRUPO ECONÔMICO. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 30 DA LEI Nº 8.666/1993. ANULAÇÃO DO ATO DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (grifamos)
(TJ-SC - APL: XXXXX20208240038 Tribunal de Justiça de Santa Catarina XXXXX-25.2020.8.24.0038, Relator: Carlos Adilson Silva, Data de Julgamento: 31/08/2021, Segunda Câmara de Direito Público)

A comprovação da aptidão técnica da licitante deve dar-se estritamente em seu nome e com a identificação de seu CNPJ, conforme colaciona as Jurisprudências suscitadas, não há que se falar em apresentação de atestados com identificações e CNPJ's distintos para comprovação de capacitação técnica de outra empresa.

Cada atestado é individual e personalíssimo em relação à empresa que nele está registrada como prestadora de serviços.

Ademais, o único atestado de capacidade técnica apresentado, emitido em benefício da CREDIT CORE, não atende o descritivo exigido no Edital, além de estar vencido desde 01/01/2022.

Nota-se que o referido atestado diz respeito ao serviço de ANÁLISE DE CRÉDITO E COMPLIANCE, e não de motor/plataforma de crédito, e sua vigência teve 02 (dois) anos de duração – de 01/01/2020 a 01/01/2022.

De forma que nem a disposição legal nem as condições editalícias foram atendidas.

Assim, a habilitação da DIMENSA S.A. fere as disposições legais e o Edital a respeito do tema, sendo imperioso a sua inabilitação pelas razões aqui expostas.

Isto posto, tendo em vista que o atestado de capacidade técnica apresentado, além de emitido em favor de empresa que não está em nome e CNPJ da licitante, ora vencedora do certame – evidenciando a subcontratação do objeto contratado -, não cumpre o exigido no Edital quanto à natureza do serviço e ao período de sua vigência, deve ser reconsiderada a decisão de habilitação da empresa DIMENSA S.A., uma vez que não atendeu às Cláusulas 25 e 32 do Edital.

Pelas razões expostas, requer seja reconsiderada a decisão, inabilitada a empresa, e reaberta a fase de habilitação do processo licitatório.

3) DO PEDIDO

Assim, serve o presente para apresentar as Razões de Recurso da Serasa Experian e solicitar a desclassificação da vencedora do certame, DIMENSA S.A., uma vez que ela não apresentou atestado de capacidade técnica em seu nome, mas sim em nome de empresa subcontratada, bem como por não apresentar a aptidão técnica necessária para prestar os serviços que se objetiva contratar.

Por ser medida de Justiça!

Temos em que
Pede e espera deferimento.

São Paulo, 29 de abril de 2023.

Fechar